

**DA OCUPAÇÃO ÀS CASAS-EMBRIÃO: MODOS DE HABITAR, PRÁTICAS
DE REVIDE E PRODUÇÃO DE SAÚDE NA COMUNIDADE NELSON
MANDELA EM CAMPINAS-SP ¹**

Alison Douglas da Silva² (UNICAMP/SP)

Rafael Afonso da Silva³ (UNICAMP/SP)

Palavras-Chave: Modos de Habitação; Práticas de Revide; Produção de Saúde;

Introdução

O Mandela é um território negro situado na borda de uma das últimas cidades do país a abolir a escravidão (RIBEIRO & CUNHA, 2018). O Mandela é o revide (SOARES, 2024) de pessoas cuja dignidade nunca foi reconhecida pela branquidade em sua utopia urbana, a “brancopia” (PATERNIANI, 2019; ALVES, 2020), com sua paranoia de segurança e contenção social.

O ensaio a seguir é um excerto da pesquisa intitulada “O saber da quebrada: autonomia e promoção da saúde em uma ocupação urbana no município de Campinas-SP”, aprovada no comitê de ética sob o nº CAAE: 174024823.9.0000.5404.

Os dados utilizados na sua elaboração são resultados de uma imersão etnográfica realizada na Comunidade Mandela, em Campinas-SP, entre os meses de janeiro e maio de 2024, além de incursões a campo para articular a realização da pesquisa desde julho de 2023. Compõe ainda a fonte de dados desse ensaio, entrevistas semiestruturadas e um acervo documental de reportagens, notícias e fotografias produzidos nos últimos 8 anos. Todos os nomes utilizados no registro, com exceção de personalidades públicas e lideranças comunitárias, foram pseudonomizados para atender as exigências éticas da pesquisa.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Doutorando pelo Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC), com concentração em Ciências Sociais em Saúde, da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (FCM/Unicamp).

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp (FCM/Unicamp).

A hipótese que trabalharei é de que as práticas de revide são importantes indutoras de saúde para suas/seus praticantes.

1. O território-Mandela

No entroncamento que liga as ruas Maria Dolores e José Alves da Silva no DIC V⁴ é possível avistar um conjunto de casas em meio a dois quarteirões recém-pavimentados. As casas são de um loteamento, fruto da luta por moradia de famílias que fazem parte da Comunidade Mandela. Ao fundo, remanescentes de matas nativas se misturam a um conjunto de fábricas situadas nas costas do aeroporto de Viracopos.

Há alguns quarteirões dali é possível ver também o terreno que abrigou a Comunidade Mandela quando esta existia na forma de ocupação, no processo que o movimento de identifica como sua “segunda fase”⁵. Um pasto com vegetação mista e terreno irregular, vizinho das ruas quatro e seis, no mesmo bairro. Um terreno privado que há décadas não cumpre sua função social.

Ao caminhar pelo loteamento, entre julho de 2023 e maio de 2024, era possível observar a movimentação de pedreiros, serventes, eletricitas e demais prestadores de serviço junto aos moradores nas casas do recém inaugurado “Residencial Mandela”. Ainda que o uso da expressão “residencial” remeta a um padrão arquitetônico bastante diferente das casas-embrião conquistadas pelo Mandela, seu uso pela comunidade expressa um tom de deboche e autoestima como resposta as críticas que o movimento recebe desde que começou a se organizar.

Mas o Mandela não nasceu em nenhum desses dois territórios. O início da articulação do Mandela aconteceu em 2016 com a ocupação de um território nas proximidades do Jardim Capivari, região sudoeste do município de Campinas-SP. Essa foi a “primeira fase” do movimento.

O loteamento, ou o residencial, a depender de quem o nomeia, é resultado de um acordo entre a comunidade, através de suas lideranças, e a Companhia de Habitação Popular de Campinas, a Cohab, uma empresa de economia mista que tem como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Campinas. Esse acordo foi firmado em dezembro de 2022 e nele ficou definido que, até o final de agosto de 2023, seriam entregues 116

⁴ DIC é a sigla do conjunto de bairros que compõe o Distrito Industrial de Campinas.

⁵ Veja a sequência.

unidades habitacionais em caráter provisório com dimensões de 15m². Cada unidade habitacional seria destinada a um dos núcleos familiares que compõe a comunidade.

Olhemos para as particularidades de cada uma das três fases do movimento.

Primeira fase: Mandela I e a ocupação no Jardim Capivari

O movimento teve seu início em 2016 com a ocupação de um território nas proximidades do Jardim Capivari. Segundo Thamires, mulher negra de 32 anos e principal liderança da comunidade, o território ocupado na primeira fase da comunidade era o terreno de uma antiga indústria de cerâmica que, após o esgotamento dos recursos naturais utilizados na produção das peças, foi abandonado e estava ocioso há mais de 40 anos. No entorno do terreno vivia um conjunto de famílias, sem moradia própria e com dificuldades para arcar com os custos de aluguel. Foram essas famílias que iniciaram a movimentação de ocupação que veio a se tornar a comunidade Mandela.

Após a ocupação inicial, rapidamente se agrupou nesse território um conjunto de aproximadamente 600 famílias, abrangendo milhares de pessoas, de todas as faixas etárias. O processo de organização, tanto estrutural quanto político, estava avançando até que, no dia 28 de março de 2017, as/os moradoras/es foram surpreendidas/os por uma reintegração de posse que as/os desalojou, sem oferecer alternativas habitacionais que atendessem às suas necessidades.

Essa reintegração produziu marcas profundas nas pessoas que vivenciaram esse processo. Phamela, outra liderança da comunidade, descreve a situação da seguinte forma:

Foi uma reintegração muito truculenta, uma reintegração muito violenta. Foram mais de 400 homens da polícia. Foi um episódio do Mandela muito triste. Hoje a gente lembra com menos dor, mas na época causou muito trauma. Foi extremamente agressivo (...) era pra reintegração começar às 10h00 e eles começaram a torturar a gente às 03h00. Você olhava assim do fundo e quem tava na parte de baixo via as bombas passando por cima das barricadas que as famílias fizeram (...) eles queimaram cachorros dentro dos barracos, passaram com trator em cima de tudo. A galera que sobreviveu a tudo isso saiu praticamente com a roupa do corpo (...) a gente acreditou que sairia corpo dali, e não saiu por pouco, teve uma das bombas que acertou a casa de um cadeirante (...).

Após a reintegração de posse, as famílias que ocupavam o primeiro terreno no Jardim Capivari se dispersaram.

Segunda fase: Mandela II e a ocupação no DIC V

Algum tempo depois, após uma reorganização política, uma nova ocupação teve início, dessa vez próxima ao Distrito Industrial de Campinas, em um terreno ocioso no bairro DIC V. Essa nova fase da ocupação foi batizada de Nelson Mandela 2. Das 600 famílias vinculadas à primeira fase da ocupação, pouco mais de 100 famílias resistiram e continuaram a construir o movimento.

Desde a sua fundação, a ocupação é apoiada por um conjunto de advogados voluntários e pelo Movimento Brigadas Populares (BP). O movimento se aproximou da Comunidade Mandela desde a primeira ocupação, e junto com o apoio logístico/organizacional, ofereceu também cursos de formação política às lideranças e posteriormente às/aos demais moradoras/es da ocupação. As lideranças atuais do movimento contam que foi preciso tempo para que a comunidade compreendesse a importância da formação política nas lutas que estavam fazendo, o que exigiu um processo relacional longo de construção de vínculo e confiança.

Apesar do receio permanente de uma nova reintegração de posse, a comunidade não parou de produzir melhorias nas habitações da ocupação, com destaque para a construção da sede do movimento em junho de 2022, custeada através de um financiamento coletivo e construída com o apoio de coletivos estudantis, o Móbile (do curso de Arquitetura e Urbanismo) e o Dínamo (do curso de Engenharia Civil) vinculados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Entre 2017 e 2022, o movimento conseguiu organizar um conjunto de mobilizações, que respaldaram o diálogo estabelecido com o poder público municipal. Fruto dessa agenda de lutas, em dezembro de 2022 foi firmado o acordo mencionado anteriormente com a Cohab, e a partir dele deu-se início a construção do loteamento/residencial Mandela. As casas-embrião foram entregues às famílias entre julho e agosto de 2023, inaugurando assim a terceira fase do movimento.

Terceira fase: O residencial Mandela e a disputa política no seu entorno

Paralelamente a toda a mobilização realizada desde sua fundação, o Mandela foi e segue sendo *locus* de disputa política entre forças diversas, em nível local e nacional. Um marco importante para entender a projeção que o movimento teve nacionalmente às vésperas da inauguração do loteamento/residencial remonta a disputa que ocorreu no fim

de junho de 2023 entre o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (PT), e o Prefeito de Campinas, Dário Saadi (Republicanos).

Em 17 de junho de 2023, começou a circular nas redes sociais um vídeo no qual o presidente, em uma agenda na cidade de Belém-PA, respondeu a um comentário de um jornalista da GloboNews. O jornalista havia associado a construção do loteamento que abrigaria o Mandela ao programa "Minha Casa, Minha Vida" do governo federal. Em resposta, o presidente fez a seguinte declaração:

Ontem eu vi na televisão, a cidade de Campinas, que é uma das cidades mais ricas desse país. A cidade de Carlos Gomes, uma cidade que é famosa pela quantidade de universidade, uma cidade que é famosa pela Unicamp. O prefeito daquela cidade está construindo casas de 15m² para que as pessoas pobres fiquem lá durante... com 7 pessoas. Imagina 15m² para uma família. Ou seja, significa que esse prefeito não entende de pobre. Significa que esse prefeito não é um cara humano, significa que esse prefeito acha que pobre tem que ser tratado como uma coisa qualquer e não como um ser humano que merece respeito (...).

Em resposta a declaração do presidente, no dia 18 de junho, Dario Saadi publica um vídeo nas suas redes sociais com a seguinte mensagem:

Presidente, se o senhor conhecesse minimamente a luta lá dos moradores do Mandela, o senhor não teria falado o que o senhor falou. Em primeiro lugar, lá não é um programa habitacional da prefeitura de Campinas. Lá é uma ação conjunta da prefeitura com a Justiça que, atendendo a esses moradores que estavam com uma ordem de reintegração de posse, de despejo, a prefeitura fez lá um loteamento urbanizado, com infraestrutura, asfalto, água, energia elétrica. E também atendendo a reivindicação, a solicitação dos moradores, construiu lá o embrião, que é uma unidade pequena preparada já para a ampliação. Presidente, veja o que os moradores, a coordenação lá dos moradores do Mandela falou lá na página do Instagram deles, @Mandelaresiste (...) Lula, humano seria não atender as reivindicações dessas famílias e deixá-las lá com ameaça de despejo a qualquer momento? Lula, humano é não mentir, humano é falar a verdade. Lula, deixa de politicagem, deixa de fazer discursos como você fez ofendendo a luta das famílias do Mandela e vamos trabalhar em conjunto para levar habitação popular para quem precisa.

Ao longo dos dias que sucederam às declarações de Lula e Dário Saadi, foi intensa a movimentação de personalidades públicas, ministros de estado, políticos de espectros político diversos e movimentos sociais nas redes sociais. Apesar da tentativa de resposta do prefeito, os comentários nas publicações sobre a situação em portais de notícia registraram um claro desgaste em seu desfavor, que já na ocasião era especulado como possível candidato à reeleição à prefeitura de Campinas em 2024.

No dia 06 de julho de 2023, a prefeitura anuncia uma proposta de ampliação das casas embrião através de financiamento público via Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana, o Fundap. Na ocasião a prefeitura apresentou proposta de ampliação que contemplava 3 modelos diferentes de habitação, a primeira com 33m², a segunda com

45m² e a terceira com 54,7m². Em todos os casos, os moradores arcaíam com os custos, pagando em até 300 parcelas.

Apesar do anúncio da ampliação, a proposta nunca chegou a se materializar. Todas as casas do residencial ampliadas foram feitas com recursos dos próprios moradores.

Foi nesse cenário de disputa política que a mudança para as casas-embrião aconteceu. Em relação à perspectiva das/os moradoras/es, Thamires e Phamela contam que cada vez que uma movimentação acontecia no loteamento – que podia ser observado com vista panorâmica da Ocupação em sua segunda fase – as pessoas se emocionavam e aplaudiam. Para as/os moradoras/es do Mandela, diante de uma ordem de reintegração de posse já marcada e convivendo a sete anos nos barracos, as casas-embrião eram avaliadas com uma conquista e o ponto de partida para uma virada em suas histórias de vida.

2. Dinâmicas de Violência

Relembro aqui o trecho que abre esse ensaio: O Mandela é um território negro situado nas bordas de uma das últimas cidades do país a abolir a escravidão.

Por *território negro* não me refiro a um dado censitário/epidemiológico, mas aos sujeitos - em sua maioria pretas/os e pardas/os – e seus modos de vida, constituídos a partir de suas histórias, tecnologias e conhecimentos, frutos, dentre outros aspectos, do longo processo de resistência necessário ao enfrentamento do processo de racialização colocado em curso pela brancopia nos últimos cinco séculos.

Como território negro, são inúmeras as situações de violência que recaem sobre esse conjunto de pessoas. Michel de Paula Soares (2024) propõe um conjunto de princípios para entender o processo de violência a que territórios negros estão submetidos, que, entendo, são bastante úteis para compreender as situações enfrentadas pela comunidade Mandela.

O primeiro princípio guarda relação direta com a razão de existir da comunidade. Os sujeitos que compõe o Mandela têm sido vítimas de processos de *segregação espacial/residencial* a gerações, conforme me contam as/os moradoras/es que venho entrevistando no contexto dessa pesquisa. É possível dividir, de forma simplificada, as/os moradoras/es da ocupação em dois grandes grupos do ponto de vista da sua origem. A maior parte não tem suas raízes familiares na cidade de Campinas-SP. São pessoas de diversas regiões do Brasil que chegaram na cidade em momentos distintos em busca de melhores condições de vida e foram se abrindo nas periferias da maneira como foi

possível. Uma outra parcela é nativa da cidade. Seja de um grupo ou de outro, um traço comum é a dificuldade crônica com a manutenção dos custos de aluguel na cidade. Essa dificuldade acaba por produzir efeitos que variam do acúmulo de dívidas (com imobiliárias, familiares, amigos, bancos etc.) até situações de humilhação moral pela recorrente inadimplência, avançando até situações mais extremas de violência física, como me relata uma moradora que pede para não ser identificada.

Essas situações guardam relação ainda com outro princípio proposto por Soares (2024) que é a *marginalização econômica*. É frequente na fala das/os moradoras/es da ocupação o relato sobre a dificuldade para conseguir emprego e a precariedade dos trabalhos angariados, em geral, sem registro e/ou temporários. Uma parcela significativa da comunidade é beneficiária de programas sociais de renda, como o bolsa família, e complementa os seus provimentos com trabalhos informais esporádicos.

Laura, uma jovem negra de 23 anos, mãe solteira de três filhos e moradora da ocupação desde 2020, me conta, em conversa que tivemos, que nos processos seletivos que vem tentando nos últimos anos é perceptível que o fato de morar em uma ocupação urbana acaba sendo um empecilho para conseguir emprego. Entre 2020 e 2024, o único trabalho formal que Laura conseguiu foi um contrato de 3 meses como auxiliar de limpeza para cobrir a licença de outra pessoa. Ela tinha expectativas de conseguir se efetivar na vaga, uma vez que se tratava de empresa terceirizada com alto fluxo de contratações, mas, segundo ela, o lugar em que ela mora e os filhos são obstáculos até mesmo para trabalhos precarizados.

Relatos como o de Laura são didáticos para compreender a violência econômica a que muitos moradores ficam expostos. Mas não se trata de um caso isolado, a dificuldade para conseguir emprego é uma realidade comum a toda a comunidade.

Outra dimensão da violência registrada por Soares (2024) que também se observa no Mandela é a *assimetria no acesso à infraestrutura urbana e nos recursos sociais*. Tomemos como exemplo o acesso aos serviços de saúde. Uma coisa que chama bastante atenção é que uma parte significativa das/os moradoras/es da comunidade não sabe quais são os serviços de saúde referenciados para o seu local de moradia. Considerando que o SUS é um sistema de saúde territorializado com base no local de moradia dos sujeitos e núcleos familiares (MAGALHÃES E PINTO, 2014; BRASIL, 1990; BRASIL, 2017), o desconhecimento sobre as unidades assistenciais vinculadas a seu domicílio evidencia a não utilização de serviços assistenciais básicos (dado que esse sujeito não será admitido em outras unidades, por conta do modelo organizativo), como, por exemplo, o acesso ao

calendário vacinal, o acompanhamento médico e ginecológico, o acesso a medicamentos e métodos contraceptivos, dentre outros.

Importante lembrar que a Política Nacional de Vigilância em Saúde (BRASIL, 2018) estabelece, em seu artigo 7º, o conhecimento do território e a integralidade assistencial como princípios norteadores do cuidado. Portanto, cabe às unidades, através dos seus gestores e equipe assistencial, vincular esses sujeitos de forma que, minimamente, eles saibam a que serviço recorrer diante de alguma demanda de saúde.

Por outro lado, dentre as/os moradoras/es que sabem a quais unidades assistenciais recorrer, é frequente o relato de situações de violência e estigma. Rafaela, uma jovem negra de 25 anos, moradora do Mandela desde a primeira fase, no Jardim Capivari, mãe de dois filhos e grávida do terceiro, me conta sobre o tratamento que recebeu no parto dos seu primeiro filho, em um hospital de grande porte do município. Para ela, o tratamento ofertado para “pessoas pobres” nesses serviços “é desumano (...) ainda mais quando eles sabem onde você mora”. O modo como as/os profissionais lidam com as pessoas, a demora no atendimento, a falta de profissionais, além de situações de violência verbal em contextos de vulnerabilidade, como, por exemplo, durante o trabalho de parto, produz um filtro de estigma que torna a assistência a esses sujeitos uma experiência traumática que impacta de forma significativa no seu processo de cuidado, com repercussões diretas no estado de saúde desses indivíduos a curto, médio e longo prazo.

É bastante recorrente ainda relatos de episódios de racismo, gordofobia, homofobia, dentre outros processos de estigmatização que também repercutem na saúde da comunidade. E esse é o exemplo de apenas um serviço social do qual a comunidade tem sido privada ou que tem acessado de forma insuficiente.

Outra dimensão que estrutura o conjunto de violências a que esses sujeitos estão expostos é o *terror policial e o encarceramento* (SOARES, 2024). Nenhuma situação é mais relevadora para compreender o terror policial vivido pela comunidade do que a reintegração de posse experienciada pela comunidade no ano de 2017, conforme já relatado anteriormente.

Thamires, a liderança já referida, me conta que, após a reintegração, muitas/os moradoras/es passaram a ter episódios depressivos e ansiosos sempre que procuradores judiciais ou funcionários da Cohab visitavam a ocupação, independentemente do motivo. Os relatos sobre o modo como aconteceu a reintegração e, particularmente, sobre a truculência empregada pelas forças policiais se assemelham e muito com um relato de guerra, com a utilização de bombas, jato d’água e destruição em massa das casas das

pessoas. As fotos da cobertura da reintegração⁶ de posse realizada por Victor Moriyama, por encomenda da Folha de São Paulo, dão uma dimensão da violência policial empregada na ocasião.

Ainda em relação a essa dimensão, é importante mencionar a situação do *encarceramento*. Esse tema é mencionado por poucas pessoas com que falei e sempre com poucos detalhes e num tom que denota um cuidado por parte dos interlocutores. No entanto, uma conversa que tive com Roni, morador “desde o primeiro dia da ocupação”, é simbólica e fala sobre a relevância desse tema para a comunidade.

Roni é um homem jovem negro de 30 anos. Quando o conheci, na primeira conversa que tivemos, não foi preciso muito para que ele começasse a me contar um pouco da sua relação com o Mandela. Ele me diz que viu cada uma das pessoas que hoje vivem no loteamento chegar. Me conta também que foi ele quem sugeriu o nome de Nelson Mandela para a ocupação: “(...) o cara era negrão, já tinha tirado uns dias, tinha umas ideias pra frente, achei que tinha tudo a ver com a gente”.

“Tirar uns dias” é uma expressão que se refere ao processo de encarceramento. Roni não avança nesse assunto e demonstra pouca disponibilidade para tal; no entanto, a menção aos aspectos que o levaram a sugerir o nome de Nelson Mandela em uma assembleia da ocupação em 2016 é bastante simbólica e nos ajuda a entender o quanto essa situação afeta a vida dos moradores, sobretudo, dos homens jovens da comunidade, vítimas preferenciais da violência policial (CRUZ-SILVA, 2023).

Por fim, como fechamento dessa sessão, uma dimensão da violência que o Mandela lida desde o seu início é o *epistemicídio* dos saberes negros e periféricos mobilizados pela comunidade para construir, habitar e viver face ao convívio com uma linguagem estatal, burguesa, midiática e por vezes, militante. Esse mecanismo promove o que Soares (2024) chama de uma *hierarquização subjetiva* através da “desaprovação, hostilidade, desdém, infantilização, animalização (...)”.

O exemplo mais emblemático a esse respeito é o discurso produzido pela imprensa nas vezes que o Mandela foi manchete. O uso da palavra “invasão” para nomear as ocupações, seja urbana ou rural, é um recurso bastante conhecido e cumpre a função de situar a ação política no campo da ilegalidade para, assim, produzir os argumentos jurídicos necessários às remoções e reintegração de posse.

⁶ <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1870372-moradores-prometem-resistir-a-reintegracao-de-terreno-em-campinas.shtml>

Com as redes sociais, uma conduta que acaba por gerar *epistemicídio e hierarquização subjetiva* é o discurso de ódio praticado nas caixas de comentários dos portais de notícias, que, em um contexto de pouca regulação do ambiente virtual, serve de plataforma a discursos classistas, racistas e estigmatizadores.

Mas não é apenas nas redes sociais que esse processo de epistemicídio se desenrola. O discurso político, de campos ideológicos variados, contribui também para esse processo de apagamento. Voltando à disputa mencionada anteriormente entre o Presidente Lula e o Prefeito Dario Saadi, às vésperas da inauguração do loteamento/residencial, ainda como reverberação do debate que essa situação deflagrou, no dia 19 de julho de 2023, em seu programa “Conversa com o Presidente”, Lula volta a mencionar o Mandela da seguinte forma:

É preciso discutir o processo de degradação do ser humano. Aquele negócio do prefeito fazer uma casa de 15m², se essa moda pega, daqui a pouco estaremos construindo poleiros para que o povo possa morar. É um absurdo do absurdo do absurdo.

Ainda que seja pertinente a crítica à Prefeitura em razão do tamanho das casas, a perspectiva da comunidade em relação às casas-embrião ou à situação e ao processo em que o loteamento/residencial se inscreve é completamente ignorada. O diálogo é conduzido como uma conversa entre homens brancos pertencentes à elite política do país. As/os moradoras/es do Mandela não são reconhecidos na qualidade de *sujeitos falantes*, capazes de representar seus interesses políticos, sociais e individuais, mas como *objetos* de políticas que devem (pelo menos no discurso) ser “protegidos” contra quem “não entende de pobre” por quem reivindica entender e, por isso, se outorga o direito de falar em seu lugar, suprimindo as realidades experienciadas, as lutas, as formas de organização e de tomada de decisão, a diversidade dos conhecimentos e sentimentos dos sujeitos envolvidos, objetificados em torno de uma única qualidade: ser “pobre”.

A reverberação do discurso de Lula e o modo como o campo progressista tratou a inauguração do loteamento/residencial estimula uma leitura que só consegue enxergar *hipossuficiência* (FERNANDEZ E WESTPHAL, 2012) no Mandela enquanto movimento social. Ao amplificar a crítica à ação da prefeitura, apaga-se o fato de que a conquista do terreno e as casas embrião são fruto da luta por moradia de um conjunto de pessoas que resistiram durante 8 anos a toda sorte de dificuldades vinculadas ao modelo das moradias na ocupação. Esse discurso também desconsidera o fato de que, em dezembro de 2022, quando o acordo foi firmado entre as lideranças da ocupação e a

Cohab, já estava marcada uma nova reintegração de posse do terreno que abrigou a segunda fase da ocupação. Considerando esses dois fatos e o efeito psíquico e social desse discurso de hipossuficiência, é possível perceber as implicações que esses mecanismos mais sutis de violência também podem produzir.

A segregação espacial, a marginalização econômica, o terror policial e o encarceramento, as barreiras de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos ou a organização heteronômica de direitos e do acesso, a humilhação social e o epistemicídio descrevem dinâmicas da *necropolítica* (MBEMBE, 2018). Alguns dos termos usados por Mbembe para descrever os piores cenários de exercício do necropoder, tais como “sabotagem orquestrada”, “técnicas de inabilitação do inimigo”, “guerra infraestrutural”, “soberania vertical e fragmentada”, “cerco”, “isolamento” e “terror” podem ser, *mutatis mutandis*, utilizadas para falar das dinâmicas de violência que atravessam territórios negros como o Mandela.

3. Práticas de Revide

Se, por um lado, a comunidade Mandela tem sido historicamente vítima de dinâmicas de violência variadas, por outro, é urgente notar as formas de resistência e revide mobilizadas pela comunidade para o enfrentamento e produção de respostas em face dessas dinâmicas.

É também Soares (2024), “amparado na ideia de contraviolência, de Frantz Fanon, no quilombismo de Abdias Nascimento, [e] nas práticas de desvio de Édouard Glissant” (p. 6) quem propõe o conceito de *revide*, que aqui nos auxiliará para pensar as táticas e estratégias do Mandela, enquanto movimento social:

[Revide] são saberes extensivamente praticados por pessoas, coletivos e populações que sofrem a violência. Ou seja, são formas criativamente inventadas no sentido de se criar condições para se viver uma vida digna. Sendo a violência antinegra uma dimensão constitutiva das relações sociais e da reprodução da ordem urbana; considerando o antagonismo estrutural que existe entre sociedade civil e negritude, são as práticas de revide que permitem nos aproximarmos de um entendimento real sobre assimetrias, desigualdades e performances de poder (SOARES, 2024: 6) [grifo meu].

Uma das potências do conceito refere-se ao fato de que assume as práticas de revide como gestos que também são discursivos e epistêmicos, sustentando uma teoria implícita sobre relações de poder expressas em “assimetrias, desigualdades e performances de poder”, uma teoria que confronta a força e os limites do poder na

resistência que este oferece às próprias operações, intervenções, experimentos de revide, em sua tentativa de “criar condições para se viver uma vida digna”. As práticas de revide têm, desse modo, um valor epistêmico incomparável, permitindo, como diz Soares, “nos aproximarmos de um entendimento real” sobre as relações de poder, em um experimento vivo em que o que está em jogo não é somente a força e a criatividade instituinte das associações que produzem o revide, mas a força inercial e as dinâmicas instituídas das associações que sustentam as relações de poder.

Neste ensaio irei explorar duas práticas de revide mobilizadas pela comunidade: o puxadinho (como tecnologia habitacional negra) e a construção de espaços de sociabilidade (mediados pelas práticas prefigurativas). Importante destacar que essas não são as únicas, existem diversas outras práticas de revide sendo realizadas por lideranças, subgrupos comunitários, que vão se formando à medida que o loteamento/residencial vai se estabelecendo, ou mesmo indivíduos específicos, cujas agências são sustentadas por conhecimentos, habilidades e sabedorias coletivamente compostos. Além disso, novas práticas são criadas e recriadas o tempo todo.

O puxadinho como tecnologia habitacional negra

Nas muitas vezes que me imaginei como morador do Mandela, uma coisa que sempre me inquietou é pensar como eu faria para erguer meu barraco, dado que, mesmo já tendo trabalhado como servente de pedreiro na adolescência com meu pai, minhas habilidades com atividades desse tipo são bastante limitadas. A resposta que tive ao questionar algumas pessoas sobre o assunto foi que uma prática comum em situações como essa é pagar para que algum morador construa seu barraco ou, ainda, em casos em que a pessoa não dispõe desse recurso, contar com a ajuda e cooperação voluntária da comunidade.

Essa reflexão me levou a compreender que, ainda que seja comum a produção de um discurso que vê apenas negatividade nas práticas de autoconstrução, seja dos barracos ou dos puxadinhos, no cotidiano das comunidades essas práticas se constituem como tecnologias habitacionais decisivas para a garantia de alguma dignidade para esses sujeitos. No caso do Mandela, considerando que a solução encontrada pelo poder público – representado pela Prefeitura de Campinas, a Cohab e a Justiça – diante de uma ordem de reintegração de posse, foi a entrega de casas de 15m², as práticas de autoconstrução já

faziam parte do cálculo político e econômico da comunidade na anuência coletiva diante da proposta.

Um exemplo de como esse discurso é produzido é a declaração de Fábio Muzetti, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Campinas, em entrevista à Folha de São Paulo em 15 de junho de 2023. Ao ser consultado sobre o processo de mudança das famílias para as casas-embrião, ele afirma:

(...) essas pessoas vão continuar vivendo em situação precária, apenas um pouco mais humanizadas. Vão começar a criar ‘puxadinhos’ à sua maneira e desconfigurar o planejamento urbano do bairro. Desencadeia um efeito de favelização.

Imagino que boa parte das pessoas que construíram seus puxadinhos para aumentar o espaço de habitação do seu núcleo familiar, caso dispusessem das condições, certamente fariam a ampliação de forma permanente utilizando recursos de alvenaria. No entanto, dado o contexto de espoliação a que estão expostos, a estratégia de ampliação nos moldes como vem sendo feito, de forma autônoma, deve ser lido como uma tecnologia e não como problema a ser combatido, como falas como a de Muzetti sugerem. Entendo que o que deve ser combatido e duramente criticado é, em primeiro lugar, a “sabotagem orquestrada” na forma da ordem de reintegração de posse de um terreno que não cumpre função social e, em segundo lugar, a humilhação social subjacente à precariedade da proposta apresentada pelo poder público. O “efeito de favelização” é, ao contrário, uma expressão da inteligência coletiva do revide.

Cabe lembrar que a declaração de Muzetti encontra eco em argumentos de autores dos Estudos Urbanos Paulistas (KOWARICK, 1979; KOWARICK E ANT, 1994). Esse campo teórico reforça uma leitura hipossuficiente sobre as práticas de autoconstrução e as tecnologias habitacionais periféricas, além de obliterar os valores e as epistemologias negros envolvidos na produção dessas habitações.

O Mandela é um território negro e as tecnologias sociais produzidas, individual e coletivamente, guardam relação com os modos de habitar desse povo. Em sua tese de doutorado Stella Paterniani (2019), investiga as origens da casa negra no Brasil e estabelece uma genealogia que conecta historicamente as ocupações urbanas contemporâneas aos cortiços e quilombos, surgidos no período colonial. A autora mostra ainda como argumentos como o de Muzetti operam ativamente no apagamento dessas tecnologias através do discurso da economia política da urbanização.

O revide revela a assinatura (o significado social e os atores) das relações de poder a que o revide responde. A resistência aos puxadinhos presente em discursos como o de Muzetti revela a assinatura da urbanização, seu compromisso com a brancopia, com a utopia urbana da branquidade. A “desconfiguração” do “planejamento urbano do bairro”, a “favelização”, expressa a contracolonização negra do “planejamento urbano do bairro”. Essa “desconfiguração” não responde apenas a precariedades impostas, mas compõe o espaço a partir das sociabilidades que irão habitá-lo: é uma resposta autonômica à configuração heteronômica do “planejamento urbano do bairro”. Contrapõe os saberes e os valores sociais e estéticos dos arquitetas/os-construtoras/es da comunidade aos saberes e valores sociais e estéticos de arquitetas/os e urbanistas formados na brancopia universitária e de suas/seus patrocinadoras/es (o capital imobiliário).

Práticas prefigurativas e a construção de espaços de sociabilidade

A imersão etnográfica dessa pesquisa me possibilitou acompanhar um pouco do exercício das relações da comunidade em seus momentos de ócio. Dois espaços importantes para esse registro foram: o campinho e a adega, com as múltiplas relações que os medeiam.

Não existe nenhum equipamento público de educação, saúde, lazer, esporte e/ou cultura no território entregue pela prefeitura. No território destinado à comunidade, esta encontrou apenas as casas-embrião, as ruas e os postes de luz, todo o restante é resultado da ação direta de indivíduos e coletivos da comunidade.

O discurso espacial da prefeitura diz que à população do Mandela cabe apenas a moradia e as vias de locomoção: é uma população destinada a viver com mínimos materiais e a ocupar o mínimo de espaço, bem como a deslocar-se para trabalhar e consumir, como reserva de trabalho precário (ora desempregada, ora subempregada). O discurso espacial da comunidade, representado, dentre outras invenções, pelo campinho e pela adega, desconfigura (para usar o verbo de Muzetti de maneira desfigurada) esse discurso espacial: a população do Mandela é destinada a criar formas de sociabilidade e de prazer, a ser feliz, contrariando sua objetificação e redução à figura do trabalhador-consumidor precário, como exército de reserva limitado a mínimos materiais e espaciais. O discurso espacial da prefeitura é um discurso de contenção e de condução espacial. O discurso espacial da comunidade é um discurso do “ar livre” e da sociabilidade transfluente e porosa, de conexão e não de condução.

Para entender o papel da adega e do campinho, é preciso conhecer Marcelo. Um jovem de 32 anos, branco, de olhos claros. Ele foi o responsável pela limpeza do terreno e construção do campinho. Marcelo foi um dos primeiros moradores a ampliar sua casa depois da mudança da ocupação para os embriões. Construiu um cômodo de alvenaria e uma área coberta projetada na calçada e nesse espaço abriu a Adega Mandela.

Numa das incursões a campo, enquanto eu fazia um registro fotográfico do campinho, Marcelo se aproximou e perguntou qual era a intenção das fotos. Foi nesse contexto que o conheci e que conversamos pela primeira vez. Na ocasião, expliquei pra ele o contexto da pesquisa e ele, logo que entendeu, começou a me falar sobre como seria bom ter um espaço de lazer para as crianças e a juventude da comunidade poderem brincar, praticar esporte e se movimentar. Segundo ele, o que o motivou a limpar o terreno e construir o campinho foi ver “a molecada na rua jogando bola”. Uma cena frequente e rotineira.

Perguntei se é muito trabalhosa a manutenção e ele me respondeu dando risada: “Que manutenção? Esses moleques não deixam nascer um matinho”, fazendo menção ao uso frequente do espaço. Nas vezes que pude dedicar tempo para observar esse espaço é notável a movimentação de meninos e meninas na faixa dos 8 aos 12 anos.

Já a adega é um espaço que amplia as relações sociais do residencial com a comunidade do entorno. Não apenas a comunidade compra suas bebidas ali, mas também os bairros do entorno. Conforme o fim de tarde começa a chegar, sobretudo de quinta a sábado, se inicia uma pequena aglomeração de moradoras/es e vizinhas/os no seu entorno, seja para beber cerveja, tomar um copo de chevette⁷ ou apenas encontrar pessoas para conversar. Nas vezes em que pude acompanhar esses encontros um assunto muito comum entre as/os moradoras/es da comunidade é a ampliação das suas casas.

Nessas situações, presenciei mais de uma vez, pessoas se dispondo a colaborar em contextos de folga, ou mesmo fazendo combinados de zeladoria do espaço coletivo. Em uma situação, Marcelo falava com mais duas pessoas sobre o espaço de lazer da comunidade. Na ocasião uma das pessoas que participava da conversa, propôs construir uma trave de balanço naquele final de semana. Marcelo prontamente se dispôs e na semana seguinte o balanço estava feito numa área ao lado do campinho. Madeira

⁷ O chevette é um cocktail composto, em geral, por uma base alcoólica destilada (whisky, gim ou vodka, normalmente), acompanhado de um gelo saborizado grande e uma bebida doce (energético, sucos ou refrigerante). A partir da combinação de cada item, podem ser criadas diversas variações.

reutilizada, cordas de segunda mão e assentos improvisados, mas agora, a comunidade dispunha de um balanço.

Essa prática de ocupação dos espaços públicos para a criação de soluções de lazer e convívio podem ser lidas como práticas prefigurativas, no sentido que David Graeber (2013) atribuiu a expressão. Práticas prefigurativas são modos de viver ou agir de uma maneira que encarna os valores e estruturas de uma sociedade futura desejada, em vez de apenas lutar por essas mudanças. As práticas prefigurativas buscam incorporar os valores e princípios do mundo que se deseja criar nas ações e relações cotidianas de hoje (GRAEBER, 2013).

As práticas prefigurativas podem ser observadas ainda na movimentação política das lideranças da ocupação, na construção de outros espaços de convívio – como na mercearia, que começa a tomar forma numa das extremidades do residencial, num formato bem parecido com a adega de Marcelo – dentre outras práticas que podem ser pensadas nesse sentido.

4. Ampliando o repertório teórico-conceitual para pensar Saúde

Ao observarmos o horizonte patológico contemporâneo junto à precarização das condições da vida humana nos deparamos com um cenário complexo. Reunimos ao mesmo tempo, e de forma inédita, altas taxas de prevalências de Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, aumento de diagnóstico de Transtornos Mentais, reemergência de Doenças Infectocontagiosas, além da ocorrência de outros tipos de adoecimento. Levando em consideração os desafios e lacunas tecnológicas com a qual se depara o campo da saúde para responder a esse cenário, parece oportuno ampliar o repertório teórico-conceitual para pensar saúde.

A hipótese que inspira esse ensaio é de que as práticas de revide são importantes indutoras de saúde para os sujeitos que as praticam em seu cotidiano. Para tanto, falta ainda mencionar de qual saúde falo quando tento responder a essa hipótese.

Santos (2002), ao refletir sobre as experiências sociais em diversas regiões e contextos étnicos constata que a experiência humana é vastamente mais ampla do que o conhecimento científico consegue produzir e registrar. De forma alguma isso significa uma negação ou uma resistência a esse modo de conhecimento, mas sim, o reconhecimento de um limite epistemológico desse conhecimento e da existência de uma pluralidade epistemológica que produz agências eficazes no mundo. Apesar das intenções

modernas de consolidar em torno da ciência um estatuto de verdade, assistimos nas últimas décadas à reemergência da demanda de revalorização de epistemologias outras e de seus sujeitos, a partir de tradições populares, ancestrais, cotidianas, que reivindicam um lugar na produção das alternativas para as questões que marcam a vida humana, em oposição aos monopólios epistêmicos instituídos pela modernidade branco-eurocêntrica. Essas epistemologias outras podem trazer alternativas, não apenas para o contexto em que essas práticas emergem, mas também para outros contextos (MAFESOLLI, 1998).

Uma noção que possibilita a inclusão desse conjunto de conhecimentos emergentes no modo de pensar saúde é a de Aaron Antonovsky (1996). Um conceito central para entender a ideia de saúde apresentada por Antonovsky é a *Capacidade de Resistência*. Para o autor, saúde não tem a ver com um estado estático em que se reúne um bom desempenho nos âmbitos biológicos, mental e social, como propõe o conceito enunciado pela Organização Mundial de Saúde (WHO, 1948), mas como uma capacidade de resistir às adversidades inerentes a vida ou de produzir respostas às demandas da vida, tanto no sentido prático-estratégico, quanto no sentido subjetivo (da elaboração de sentidos para viver e viver bem). Nessa chave, indivíduos e comunidade com uma capacidade de resistência alta podem estar colocando em jogo estratégias de cuidado que não estão inscritas nas práticas de cuidado oficiais, e que, portanto, podem ter coisas a ensinar.

Isso não significa uma relativização da precariedade e/ou do papel dos serviços públicos na garantia dos direitos dos sujeitos e comunidades, mas implica um movimento de justiça cognitiva, que refaz o campo prático e conceitual que delimita o significado e os parâmetros do que é necessário, bom ou precário e “para quem” e desconfigura/reconfigura os sentidos, as relações, os atores, os cenários, os conhecimentos, as habilidades, as tecnologias e as artes necessários à produção de saúde e cuidado.

Considerações Finais

A noção de saúde de Antonovsky nos permite cortejar a ideia de que as práticas de revide são importantes indutoras de saúde na comunidade Mandela, uma vez que elas são recursos gerais de resistência ou ampliam a resistência ou a capacidade de resposta dos sujeitos, promovendo ativamente a construção de um contexto de dignidade compartilhado face às inúmeras violências experimentadas em seu cotidiano.

Soares (2024), ao continuar sua elaboração sobre as *práticas de revide* no âmbito da sua pesquisa sobre o boxe olímpico, nos lembra que:

[trata-se de] condutas constantemente operadas no cotidiano, historicamente elaboradas desde o estabelecimento das relações coloniais em solo brasileiro. Isso porque não apenas a morte social, mas a resistência ao sistema colonial – perpetuamente atualizado – realizada através de um imenso leque de táticas e estratégias, negociações e conflitos, rupturas e guerras, festas e agregações diversas, fundou a experiência afrodescendente em solo brasileiro. Assim, pedagogias, tradições e saberes em prol da gestão da vida e das sociabilidades que renegam a necropolítica são constantemente criadas e recriadas em contextos associativos diversos. Inclusive nas escolas de boxe olímpico. Espaços autônomos para se “cantar, folgar e brincar”, práticas de rivalidade e de solidariedade, são inúmeras as formas de revide. São ações políticas organizadas, independentemente de suas eficácias ou radicalismos, produzidas também através do autocuidado, da opacidade, da disciplina, ou mesmo como fuga, negociação, acordos coletivos. Tem a ver com “estratégias, técnicas e ferramentas que somente uma corporalidade e subjetividade capaz de habitar a fragilidade consegue desenvolver” (p. 6 -7)

Se deslocarmos o objeto que Soares (2024) localiza em seu texto, o boxe olímpico, por “movimentos de luta por moradia”, ou, ainda, de forma mais específica, por “Comunidade Mandela”, o restante do texto funciona da mesma forma. Dentre as práticas mobilizadas para produção de saúde na comunidade, as práticas de revide são centrais.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. Biópolis, necrópolis, negrópolis: notas para um novo léxico político nos estudos sócio-espaciais sobre o racismo. *Geopauta*, [S.I.] 4 (1), 2020, pp. 5-33.

ANTONOVSKY, A. The salutogenic model as a theory to guide health promotion. *Health Prom Int.* 1996; 11(1): 11-18

BRASIL. *Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017*. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Vigilância em Saúde: um instrumento de gestão e proteção da saúde do Brasil. *Resolução n. 588, de 12 de julho de 2018*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

CRUZ-SILVA, Evandro. 2023. Até tirar-lhes a vida: uma genealogia do Auto de Resistência. Campinas, *tese de doutorado*, Universidade Estadual de Campinas.

FERNANDEZ, J. C. A.; WESTPHAL, M. F. O lugar dos sujeitos e a questão da hipossuficiência na promoção da saúde. *Interface (Botucatu. Impresso)*, v. 16, p. 595-608, 2012.

GRAEBER, D. *The democracy project: a history, a crisis, a movement*. New York: Spiegel & Grau, 2013.

KOWARICK, L. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 137-184.

KOWARICK, L; ANT, C. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lucio (org.). [1988] *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LORENA, A. G. *Sem perreco: a prevenção do HIV em fluxos, festas e bailes funks*. São Paulo: Editora Hucitec, 2022.

MAGALHÃES JR, H. M.; PINTO, H. A. Atenção básica enquanto ordenadora da rede e coordenadora do cuidado: ainda uma utopia? *Divulg. Saúde debate* [internet]. 2014.

MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. 1a ed. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 1998.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1, 2018.

MERHY, E.E. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo em ato*. São Paulo: Hucitec; 2007.

PATERNIANI, Stella Zagatto. 2019. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Brasília, *tese de doutorado*, Universidade de Brasília.

PATERNIANI, S. Z. Ocupações, práxis espacial negra e brancopia: para uma crítica da branquidade nos estudos urbanos paulistas. *Rev Antropol [Internet]*. 2022;65(2):e197978.

RIBEIRO, M. A. R.; CUNHA, M. F. da. A “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. *História [Internet]*. 2018; v. 37: e2018029.

SANTOS, B. S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237–280. 2002.

SOARES, M.P. Pensar o Brasil a partir do confronto e do revide. *Revista Tuíra*. No prelo. 2024.